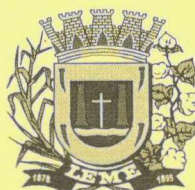


PROCESSO Nº
42/14

REG. PROC. Nº
06

FL 1
FOLHA Nº
08v



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

Estado de São Paulo

AUTOS DE

PROJETO DE LEI Nº 25/14

Reestrutura o Conselho Municipal da Saúde e dá outras providências.

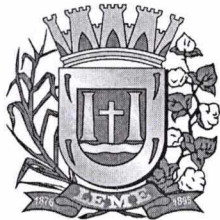
Autor: de Prefeito Municipal.

AUTUAÇÃO

Aos 11 (onze) dias do mês de junho de 2014.
autuo o Proj. de Lei nº 25/14 e of. nº 446/14 em frente.

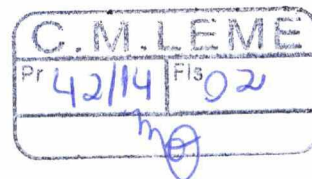
Eu, [assinatura], subscrevi

AL. 23/14

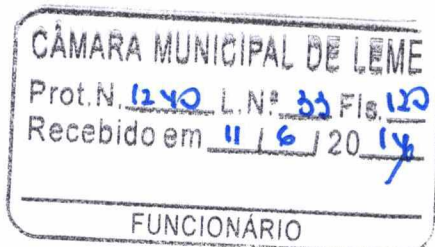


Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo



Ofício nº 446/14



Leme, 05 de Junho de 2014

Excelentíssimo Senhor,

Através do presente encaminho a essa Colenda Casa para apreciação o Projeto de Lei que: **"Reestrutura o Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências"**. Para que seja regularmente processado por esta C. Câmara em caráter de urgência.

Aproveito a oportunidade para externar a Vossa Excelência e Nobres Pares, os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

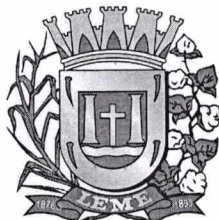

PAULO ROBERTO BLASCKE
Prefeito Municipal

Ao

Excelentíssimo Senhor

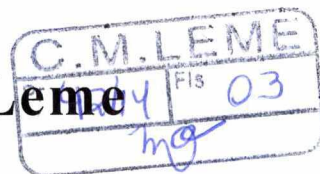
José Eduardo Giacomelli

DD. Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Leme/SP



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo



PROJETO DE LEI Nº 25 /2014

Reestrutura o Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Leme, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei

Das Disposições Preliminares

Artigo 1º - Fica reestruturado nos termos desta Lei, o Conselho Municipal de Saúde do Município de Leme.

Parágrafo único: A reestruturação de que trata esta Lei, ocorrerá em conformidade com a Constituição Federal e pela legislação aplicável à organização e funcionamento dos Conselhos Municipais de Saúde.

Das Finalidades

Artigo 2º - O Conselho Municipal de Saúde, órgão permanente, deliberativo e normativo do Sistema Único de Saúde Municipal tem por finalidade formular estratégias e controlar a execução da política de saúde do Município de Leme, inclusiva nos seus aspectos econômicos e financeiros.

Artigo 3º - O Conselho Municipal de Saúde de Leme terá funções deliberativas, normativas, fiscalizadoras e consultivas, objetivando basicamente o estabelecimento, acompanhamento, controle e avaliação da política municipal de saúde de Leme, a saber:

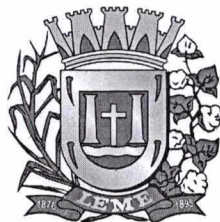
I – Deliberar sobre os modelos de atenção a saúde da população e de gestão do Sistema Único de Saúde;

II – Estabelecer diretrizes a serem observadas na elaboração de planos de saúde, do Sistema Único de Saúde, no âmbito do Município de Leme, em função dos princípios que o regem e de acordo com as características epidemiológicas, das organizações dos serviços em cada instância administrativa e em consonância com as diretrizes emanadas da Conferência Municipal de Saúde;

III – Definir e controlar as prioridades para a elaboração de contratos entre setor público e entidades privadas de prestação de serviços de saúde;

IV – Propor prioridades, métodos e estratégias para formação e educação continuada dos recursos humanos do Sistema Único de Saúde;

V – Aprovar a proposta setorial da saúde;



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo



VI- Criar, coordenar e supervisionar Comissões intersetoriais e outras que julgar necessárias, inclusive grupos de trabalho, integrados pelas secretarias e órgãos competentes e por entidades representativas da sociedade civil;

VII – Deliberar sobre propostas de normas básicas municipais para operacionalização do Sistema Único de Saúde;

VIII- Estabelecer diretrizes gerais e aprovar parâmetros municipais quanto a política de recursos humanos para a Saúde;

IX – Definir diretrizes e fiscalizar a movimentação dos recursos financeiros do Sistema único de Saúde, no âmbito municipal, oriundos das transferências do orçamento da União e da Seguridade Social, do orçamento estadual, 15% (quinze por cento) do orçamento municipal, com decorrência do que dispõe a Legislação;

X – Aprovar a organização e as normas de funcionamento das conferências municipais de saúde, reunidas ordinariamente, a cada 2(dois) anos e convoca-las, extraordinariamente.

XI – Aprovar os critérios e o repasse de recursos do fundo municipal de saúde para a secretaria municipal de saúde e outras instituições, cronogramas e execução;

XII – Incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Câmara dos Vereadores e mídia, bem como setores relevantes não representados no Conselho;

XIII – Articular-se com os outros Conselhos Setoriais com o propósito de cooperação mútua e de estabelecimento de estratégias comuns para o fortalecimento do sistema de participação e controle social;

XV – Acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica na área de saúde, visando a observação de padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sócio cultural do Município;

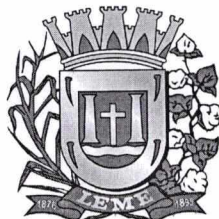
XVI – Cooperar na melhoria da qualidade da formação dos trabalhadores da saúde;

XVII – Divulgar suas ações através dos diversos mecanismos de comunicação social;

XVIII – Manifestar-se sobre todos os assuntos de sua competência.

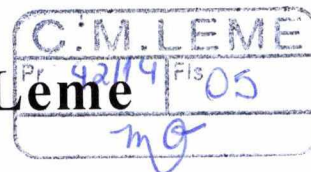
Da Composição do Conselho

Artigo 4º - O Conselho Municipal de Saúde de Leme terá 16(dezesseis) membros e composição tripartite, com representação dos usuários, trabalhadores da saúde e instituições participantes do Sistema Único de Saúde, prestadores de serviços públicos e privados e instituições de ensino da área de saúde.



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo



§ 1º - A participação dos usuários será paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos com representação do Conselho Municipal de Saúde de Leme, da seguinte forma:

I – 50% (cinquenta por cento) ou 8(oito) membros representantes dos usuários;

II – 25%(vinte e cinco por cento) ou 4(quatro) membros representantes dos trabalhadores da saúde;

III – 25%(vinte e cinco por cento) ou 4(quatro) membros representantes institucionais do governo, de prestadores de serviços públicos ou privados e instituições de ensino da área de saúde.

§ 2º - O Conselho Municipal de Saúde de Leme será presidido por um de seus membros, eleito em reunião plenária.

§ 3º - A cada titular corresponderá um suplente.

§ 4º - Os representantes titulares e respectivos suplentes terão a sua designação formalizada por ato do Prefeito, no prazo de trinta dias, após a realização do processo eleitoral.

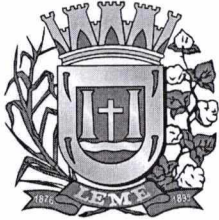
Artigo 5º - O Conselho Municipal de Saúde terá a seguinte composição:

I – O segmento dos usuários terá 08 (oito) titulares e 08 (oito) suplentes, cuja as vagas compreenderão a seguinte disposição:

- a) 02 (duas) vagas para os representantes de usuários dos Conselhos Gestores de Saúde;
- b) 01(uma) vaga para os representantes de associações de pessoas com patologias ou com deficiências;
- c) 01(uma) vaga para os representantes de associações de moradores;
- d) 01(uma) vaga para os representantes de associações e entidades dos aposentados e da terceira idade;
- e) 02(duas) vagas para os representantes de sindicatos, exceto da saúde;
- f) 01(uma) vaga para movimentos de inclusão social.

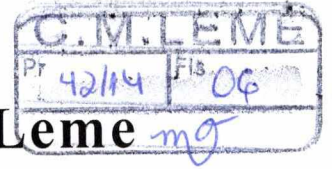
II – O segmento dos trabalhadores de saúde terá 04(quatro) titulares e 04(quatro) suplentes, cujas vagas compreenderão a seguinte disposição:

- a) 01(uma) vaga para os representantes de trabalhadores de Conselhos gestores de saúde;
- b) 01(uma) vaga para o Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo (SINDSAUDE) que representa os trabalhadores de prestadores privados, contratados e conveniados;
- c) 02(duas) vagas para os representantes de Entidades de Classe da Rede Pública Municipal;



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo



III – O segmento de representantes institucionais, governo, prestadores de serviços públicos e privados e instituições de ensino da área da saúde terá direito a 04(quatro) titulares e 04(quatro) suplentes, sendo que estas vagas compreenderão a seguinte disposição:

- a) 02(duas) vagas para a Secretaria da Saúde;
- b) 01(uma) vaga para prestadores de serviços públicos e privados;
- c) 01(uma) vaga para instituições de ensino da área de saúde.

Artigo 6º - O Conselho Municipal de Saúde terá uma mesa diretora com órgão operacional de execução e implementação de suas decisão sobre o Sistema Único de Saúde do Município de Leme, eleita diretamente pela Plenária do Conselho e será composta:

- I- Pelo Presidente;
- II- Pelo Vice-Presidente;
- III- Pelo Secretário;
- IV- Pelo Vice- Presidente.

Artigo 7º - O Conselho Municipal de Saúde do Município de Leme será regido pelas disposições a seguir, com referência a seus membros:

- I- Serão indicados pelos seus respectivos segmentos e serão substituídos pelos mesmos mediante solicitação ao Prefeito Municipal de Leme, através da mesa diretora do Conselho Municipal de Saúde de Leme;
- II- Terão seu mandato extinto, caso falem, sem prévia justificação a 03(três) reuniões consecutivas ou 06(seis) intercaladas, num período de 12(doze) meses;
- III- Terão mandato de 02 (dois) anos, cabendo prorrogação ou permitida a recondução por igual período.

Parágrafo único: O exercício do mandato de membro do Conselho Municipal de Saúde de Leme não será remunerado e será considerado de alta relevância pública.

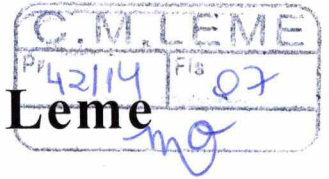
Artigo 8º - Para melhor desempenho de suas funções, o Conselho Municipal de Saúde de Leme poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

- I- Consideram-se colaboradores do Conselho Municipal de Saúde de Leme, as instituições formadoras de recursos humanos para a saúde e as entidades representativas de profissionais e usuários de saúde, independente de suas condições de membro;
- II- Poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização na área de saúde de Leme em assuntos específicos;



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo



III- Poderão ser criadas comissões internas entre as instituições, entidades e membros do Conselho Municipal de Saúde de Leme para promover e emitir pareceres a respeito de temas específicos.

Do Funcionamento e Convocação

Artigo 9º - O Conselho Municipal de Saúde de Leme funcionará segundo o que disciplina o regimento interno e terá as seguintes normas gerais:

I – O órgão de deliberação máxima será a plenária do Conselho Municipal de Saúde de Leme;

II – A plenária do Conselho Municipal de Saúde de Leme reunir-se-á ordinariamente, uma vez por mês e extraordinariamente, quando convocada pelo presidente ou pela maioria simples de seus membros;

III – O Conselho Municipal de Saúde de Leme reunir-se-á extraordinariamente para tratar de matérias especiais ou urgentes quando houver

- a) Convocação formal da mesa diretora;
- b) Convocação formal de metade mais um de seus membros titulares;

IV – Cada membro do Conselho terá direito a um único voto na plenária do Conselho Municipal de Saúde de Leme;

V - As plenárias do Conselho Municipal de Saúde de Leme serão instaladas com a presença da maioria simples dos membros que deliberarão pela maioria dos votos presentes;

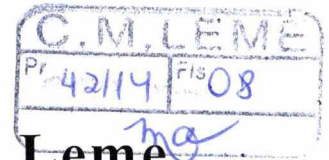
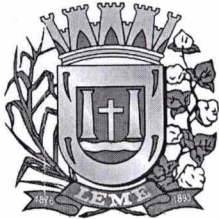
VI – As decisões do Conselho Municipal de Saúde serão consubstanciadas em resolução, moção ou recomendação ;

VII – A mesa diretora do Conselho Municipal de Saúde de Leme poderá deliberar “ ad referendum” da plenária do Conselho Municipal de Saúde de Leme.

Artigo 10 – O Conselho Municipal de Saúde de Leme convocará a cada 02(dois) anos, uma Conferência Municipal de Saúde para avaliar a política municipal de saúde, propor diretrizes de ação para o Sistema único de Saúde.

Das Disposições Gerais e Transitórias

Artigo 11- O Conselho Municipal de Saúde de Leme observará no exercício de suas atribuições, as diretrizes básicas e prioritárias, estabelecidas nas Leis 8080/90 e 8142/90.



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

Artigo 12 – O Conselho Municipal de Saúde de Leme promoverá como órgão deliberativo e representativo, debates estimulando a participação comunitária, visando prioritariamente, a melhoria dos serviços de saúde no município de Leme.

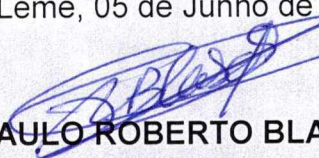
Artigo 13 – Ficam mantidos os mandatos dos membros do Conselho, nos termos da Lei 1989 de 04 de Setembro de 1991 e suas alterações até a formalização do Conselho nos termos dos artigos 4º e seguintes da presente Lei

Artigo 14 - O Chefe do Poder Executivo, se necessário, expedirá regulamento para fiel execução desta Lei.

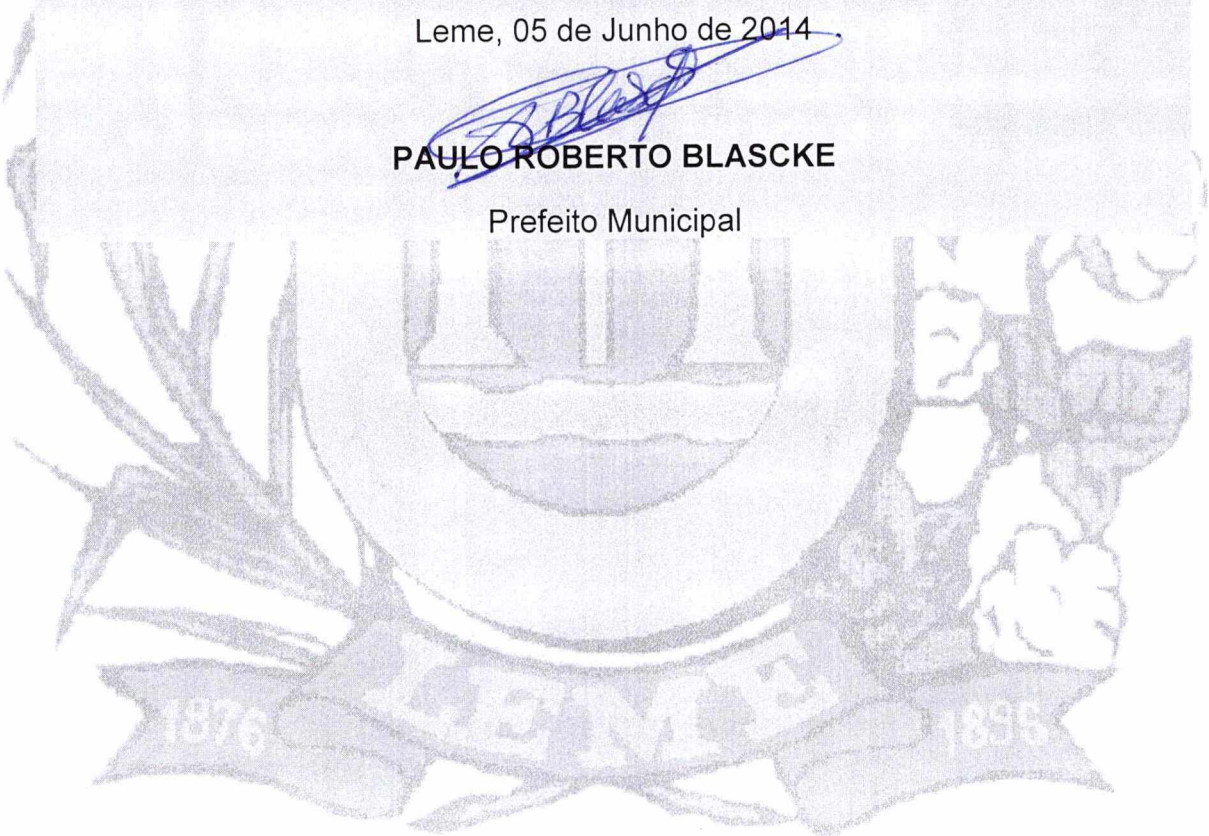
Artigo 15 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 16 – Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Leis 2267 de 07 de maio de 1997 e Lei 2549 de 18 de junho de 2001.

Leme, 05 de Junho de 2014.


PAULO ROBERTO BLASCKE

Prefeito Municipal



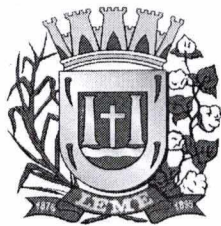
REGISTRO

Registrado sob o nº de ordem 42/14

fls 08v, do Registro de Processo nº 06

Leme, 11 de julho de 2014

Funcionário [assinatura]



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo



JUSTIFICATIVA

Encaminhamos para apreciação dos nobres Edis projeto de Lei que introduz alterações a Lei nº 1989 de 04 de setembro de 1991 que "Reestrutura o Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências" e revoga as Leis 2267/97 e 2549/01.

Preliminarmente, importante ressaltar que a presente proposição se faz necessário às mudanças para se adequar a súmula do Ministério da Saúde que institui o Conselho Municipal e dá outras providências.

Estas mudanças foram debatidas em reunião do conselho Municipal de Saúde de Leme e aprovadas pelos senhores conselheiros.

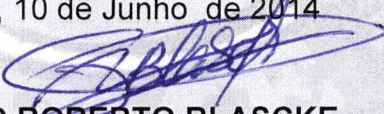
A Constituição Federal no Título VIII- Da Ordem Social, na Seção II- Da Saúde, no Artigo 198 III- Participação da Comunidade, prevê o controle social como uma de suas diretrizes.

A Lei 8142 dispõe sobre comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e no parágrafo 2º assim define o Conselho: O Conselho de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo.

A Constituição do Conselho Nacional de Saúde, assim como as comprovações de suas reuniões são condições básicas para transferência de qualquer recurso financeiro para a saúde das esferas nacional e estadual.

As atividades de Conselheiro Municipal de Saúde é de relevância pública e não remunerada, portanto não há impacto financeiro.

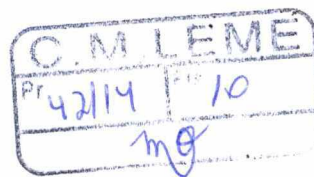
Leme, 10 de Junho de 2014


PAULO ROBERTO BLASCKE
Prefeito Municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO



LEI nº 2267, de 07 de maio de 1.997.

Dá nova redação ao artigo 2º da Lei nº 1989, de 04 de setembro de 1.991.

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º- O artigo 2º da Lei nº 1989, de 04 de setembro de 1.991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ARTIGO 2º- O Conselho Municipal de Saúde será presidido pelo Secretário Municipal de Saúde e composto por membros representativos dos Governos Municipal e Estadual, por entidades Prestadoras de Serviço de Saúde, de iniciativa privada e filantrópica, e por Usuários do sistema municipal de saúde, nomeados pelo Prefeito Municipal, observados os seguintes critérios:

I - Governo Municipal:

a.) um representante da Secretaria Municipal da Criança, Família e Bem Estar Social, a ser indicado por seu Secretário;

b.) um representante da Secretaria Municipal da Fazenda, a ser indicado por seu Secretário.

II - Governo Estadual:

a.) um representante da Secretaria de Estado de Saúde, a ser indicado pelo Escritório Regional do Ersu.

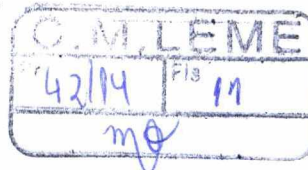
III - Prestadores de Serviços da

Saúde :



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO



a.) um representante da iniciativa privada, a ser indicado por seus dirigentes;

b.) um representante de entidades filantrópicas, a ser indicado pela Santa Casa de Saúde de Leme;

c.) um representante do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, a ser indicado por seus dirigentes;

IV - Usuários:

a.) um representante de Clubes de Serviços e um representante de entidades assemelhadas, a serem indicados por seus dirigentes;

b.) dois representantes de Comunidades de Bairro, a serem indicados por seus dirigentes;

c.) um representante de Sindicatos de Trabalhadores, a ser indicado por seus dirigentes;

d.) um representante de entidade patronal, a ser indicado pela ACIL - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE LEME.

§ 1º- Os órgãos e entidades referidos neste artigo poderão, a qualquer tempo, propor por intermédio do Presidente do CMS a substituição dos seus respectivos representantes

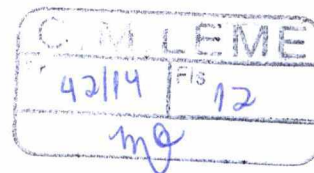
§ 2º- Será exonerado o membro que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a três reuniões consecutivas ou a seis intercaladas, no período de um ano.

§ 3º- O mandato dos membros representantes dos entes governamentais terá seu término juntamente com o do Prefeito que os nomear, ficando estabelecido que os demais representantes continuarão exercendo o seu mandato até o dia 30 de junho da gestão subsequente.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO



C.M.S. não serão remuneradas."

§ 4º- As funções de membro do

Artigo 2º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 07 de maio de 1.997.



Nilo Sérgio Pinto
NILO SÉRGIO PINTO
PREFEITO MUNICIPAL

Afixada e Publicada no Quadro de Editais da Prefeitura Municipal de Leme, nesta data.

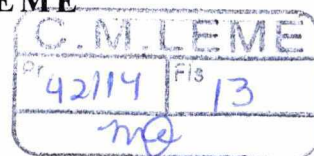
Leme, 07 de maio de 1.997.

Nilo Sérgio Pinto
NILO SÉRGIO PINTO
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO



Lei n.º 2549, de 18 de Junho de 2001.

Dá nova redação ao artigo 2º da Lei nº 2267, de 07 de Maio de 1997

O Prefeito do Município de Leme no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 2º da Lei nº 1.989, de 04 de setembro de 1.991, alterado pela Lei nº 2.267, de 07 de maio de 1.997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"O Conselho Municipal de Saúde será composto por representantes do Poder Público, prestadores de serviços de saúde, de profissionais de saúde e de usuários, cabendo a estes últimos representação paritária em relação aos demais, todos nomeados pelo Prefeito Municipal, com a seguinte composição:

I - Representação do Poder Público:

- a) 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Saúde ou da Secretaria Municipal de Saúde;
- b) 01 (um) representante de Secretarias Municipais.

II - Representação dos prestadores privados dos serviços de saúde:

- a) 01 (um) representante de entidades filantrópicas;
- b) 01 (um) representante de entidades com fins lucrativos.

III - Representação dos profissionais de saúde:

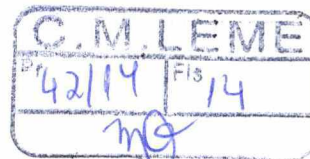
- a) 01 (um) representante dos sindicatos de trabalhadores na área da saúde;
- b) 03 (três) representantes de associações de profissionais de saúde.

IV - Representação dos usuários:

- a) 01 (um) representante de sindicatos;
- b) 01 (um) representante de clubes de serviços e de entidades assemelhadas;
- c) 01 (um) representante de associações de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
- d) 01 (um) representante de associações ou movimentos de portadores de deficiência;
- e) 01 (um) representante de associações de defesa de interesse da mulher;
- f) 01 (um) representante de associações ou movimentos populares da 3ª idade e de patologias;
- g) 01 (um) representante de associações de moradores;
- h) 01 (um) representante de programa de movimento religioso de defesa da saúde.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



§ 1º - A indicação dos representantes, a que se refere os incisos II, III e IV, serão efetuadas pelas respectivas entidades ou pelos participantes dos movimentos populares, e encaminhados ao Secretário da Saúde.

§ 2º - A Secretaria da Saúde dará ampla publicidade ao procedimento de seleção dos membros do Conselho, a fim de que dele participem todas as entidades representativas dos segmentos referidos nos incisos II, III e IV.

§ 3º - Fica vedado a escolha de representante de entidade ou movimento, já com assento no Conselho, para, num mesmo mandato, resenar outro movimento ou entidade.

§ 4º - Será dispensado o membro que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a três reuniões consecutivas ou a seis intercaladas no período de um ano.

§ 5º - O Secretário de Saúde integrará o Conselho na qualidade de membro nato e o presidirá, com direito a voz e também a voto de qualidade, que será exercido apenas em caso de empate em duas votações sucessivas.

§ 6º - No término do mandato do Prefeito Municipal, considerar-se-ão dispensados os membros do CMS que representem o Poder Público, ficando estabelecido que os demais representantes continuarão exercendo o mandato até o dia 30 de junho da gestão subsequente.

§ 7º - As funções de membro do CMS não serão remuneradas.

§ 8º - Para cada membro titular do Conselho Municipal de Saúde, será nomeado o seu respectivo suplente.

Art. 2º - Fica revogado o § 2º do artigo 3º da Lei 1.989, de 04 de setembro de 1.991.

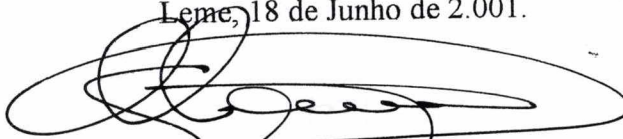


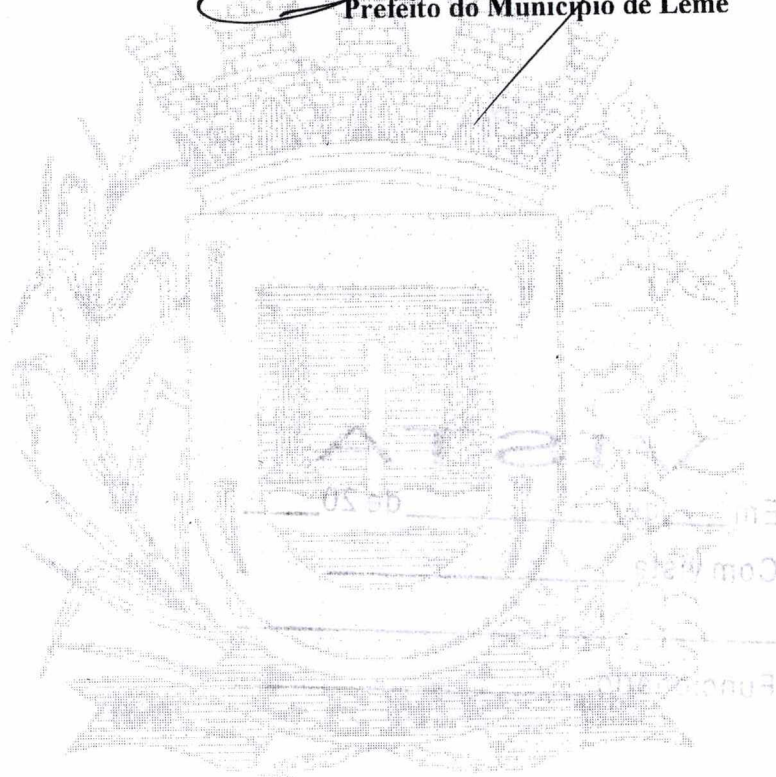
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
P ^o 42/14	F ^o 15
mg	

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 18 de Junho de 2.001.


GERALDO MACARENKO
Prefeito do Município de Leme



Ao Expediente

16/6/14

PRESIDENTE

A(s) Comissão(ões) de:

C.J.F. ☒

O.F.C. ☒

O.S.P. ☐

S.E.C.L.T. ☒

P.U.O.P.S. ☐

Em 16/6/14

VISTA

Em 16 de 6 de 20 14

Com vista às comissões

Funcionário [assinatura]

JUNTADA

Em 18 de junho de 20 14

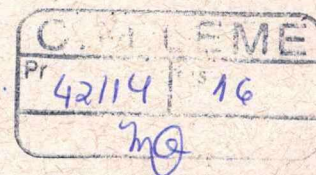
Faço juntada a estes autos de

parecer

Funcionário mg



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



PARECER CONJUNTO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO - COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE - COMISSÃO DE SAÚDE, CULTURA, LAZER E TURISMO.

Projeto de Lei nº 25/14.

Reestrutura o Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências.

Autoria: Prefeito Municipal.

As Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Orçamento, Finanças e Contabilidade, Saúde, Cultura, Lazer e Turismo reunidas na Sala das Comissões, analisando detidamente o presente Projeto de Lei nº 25/14, de autoria do Prefeito Municipal, reestrutura o Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências, que o mesmo encontra-se devidamente instruído, dentro nas normas regimentais.

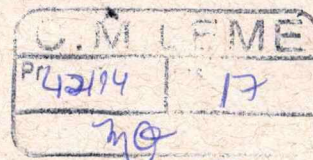
Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade e legalidade na tramitação da matéria veiculada.

É o parecer.

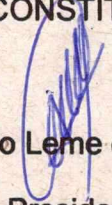
Sala das Comissões Palmiro Ferreira Vieira, em 18 de junho de 2014.




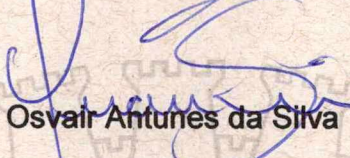
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



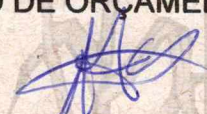
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

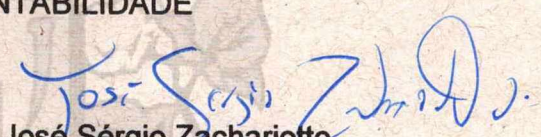

Eduardo Leme da Silva
Presidente


Gilson Henrique Lani
Vice Presidente


Osvair Antunes da Silva
Secretário

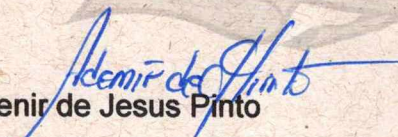
COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE



Francisco Ferreira da Silva
Presidente


José Sérgio Zachariotto
Vice Presidente


Osvair Antunes da Silva
Secretário

COMISSÃO DE SAÚDE, CULTURA, LAZER E TURISMO


Adenir de Jesus Pinto
Presidente


João Marcos Demétrio
Vice Presidente

Marcelo Alves de Carvalho Almeida

Secretário



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. L. E. M. E.	
Pr	42/14 18
m	

A Ordem do Dia

24 / 06 / 2014

PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 25/14 aprovado por unanimidade em
1ª e 2ª votação.

Em 24 de junho de 2014.


JOSÉ EDUARDO GIACOMELLI

Presidente



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 25/14

Reestrutura o Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências.

Das Disposições Preliminares

Artigo 1º - Fica reestruturado nos termos desta Lei, o Conselho Municipal de Saúde do Município de Leme.

Parágrafo único: A reestruturação de que trata esta Lei, ocorrerá em conformidade com a Constituição Federal e pela legislação aplicável à organização e funcionamento dos Conselhos Municipais de Saúde.

Das Finalidades

Artigo 2º - O Conselho Municipal de Saúde, órgão permanente, deliberativo e normativo do Sistema Único de Saúde Municipal tem por finalidade formular estratégias e controlar a execução da política de saúde do Município de Leme, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros.

Artigo 3º - O Conselho Municipal de Saúde de Leme terá funções deliberativas, normativas, fiscalizadoras e consultivas, objetivando basicamente o estabelecimento, acompanhamento, controle e avaliação da política municipal de saúde de Leme, a saber:

I – Deliberar sobre os modelos de atenção a saúde da população e de gestão do Sistema Único de Saúde;

II – Estabelecer diretrizes a serem observadas na elaboração de planos de saúde, do Sistema Único de Saúde, no âmbito do Município de Leme, em função dos princípios que o regem e de acordo com as características epidemiológicas, das organizações dos serviços em cada instância administrativa e em consonância com as diretrizes emanadas da Conferência Municipal de Saúde;

III – Definir e controlar as prioridades para a elaboração de contratos entre setor público e entidades privadas de prestação de serviços de saúde;

IV – Propor prioridades, métodos e estratégias para formação e educação continuada dos recursos humanos do Sistema Único de Saúde;

V – Aprovar a proposta setorial da saúde;



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

VI- Criar, coordenar e supervisionar Comissões intersetoriais e outras que julgar necessárias, inclusive grupos de trabalho, integrados pelas secretarias e órgãos competentes e por entidades representativas da sociedade civil;

VII – Deliberar sobre propostas de normas básicas municipais para operacionalização do Sistema Único de Saúde;

VIII- Estabelecer diretrizes gerais e aprovar parâmetros municipais quanto a política de recursos humanos para a Saúde;

IX – Definir diretrizes e fiscalizar a movimentação dos recursos financeiros do Sistema único de Saúde, no âmbito municipal, oriundos das transferências do orçamento da União e da Seguridade Social, do orçamento estadual, 15% (quinze por cento) do orçamento municipal, com decorrência do que dispõe a Legislação;

X – Aprovar a organização e as normas de funcionamento das conferências municipais de saúde, reunidas ordinariamente, a cada 2(dois) anos e convoca-las, extraordinariamente.

XI – Aprovar os critérios e o repasse de recursos do fundo municipal de saúde para a secretaria municipal de saúde e outras instituições, cronogramas e execução;

XII – Incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Câmara dos Vereadores e mídia, bem como setores relevantes não representados no Conselho;

XIII – Articular-se com os outros Conselhos Setoriais com o propósito de cooperação mútua e de estabelecimento de estratégias comuns para o fortalecimento do sistema de participação e controle social;

XV – Acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica na área de saúde, visando a observação de padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sócio cultural do Município;

XVI – Cooperar na melhoria da qualidade da formação dos trabalhadores da saúde;

XVII – Divulgar suas ações através dos diversos mecanismos de comunicação social;

XVIII – Manifestar-se sobre todos os assuntos de sua competência.

Da Composição do Conselho

Artigo 4º - O Conselho Municipal de Saúde de Leme terá 16(dezesseis) membros e composição tripartite, com representação dos usuários, trabalhadores da saúde e instituições participantes do Sistema Único de Saúde, prestadores de serviços públicos e privados e instituições de ensino da área de saúde.



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

§ 1º - A participação dos usuários será paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos com representação do Conselho Municipal de Saúde de Leme, da seguinte forma:

- I - 50% (cinquenta por cento) ou 8(oito) membros representantes dos usuários;
- II - 25%(vinte e cinco por cento) ou 4(quatro) membros representantes dos trabalhadores da saúde;
- III - 25%(vinte e cinco por cento) ou 4(quatro) membros representantes institucionais do governo, de prestadores de serviços públicos ou privados e instituições de ensino da área de saúde.

§ 2º - O Conselho Municipal de Saúde de Leme será presidido por um de seus membros, eleito em reunião plenária.

§ 3º - A cada titular corresponderá um suplente.

§ 4º - Os representantes titulares e respectivos suplentes terão a sua designação formalizada por ato do Prefeito, no prazo de trinta dias, após a realização do processo eleitoral.

Artigo 5º - O Conselho Municipal de Saúde terá a seguinte composição:

I - O segmento dos usuários terá 08 (oito) titulares e 08 (oito) suplentes, cuja as vagas compreenderão a seguinte disposição:

- a) 02 (duas) vagas para os representantes de usuários dos Conselhos Gestores de Saúde;
- b) 01(uma) vaga para os representantes de associações de pessoas com patologias ou com deficiências;
- c) 01(uma) vaga para os representantes de associações de moradores;
- d) 01(uma) vaga para os representantes de associações e entidades dos aposentados e da terceira idade;
- e) 02(duas) vagas para os representantes de sindicatos, exceto da saúde;
- f) 01(uma) vaga para movimentos de inclusão social.

II - O segmento dos trabalhadores de saúde terá 04(quatro) titulares e 04(quatro) suplentes, cujas vagas compreenderão a seguinte disposição:

- a) 01(uma) vaga para os representantes de trabalhadores de Conselhos gestores de saúde;
- b) 01(uma) vaga para o Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo (SINDSAUDE) que representa os trabalhadores de prestadores privados, contratados e conveniados;
- c) 02(duas) vagas para os representantes de Entidades de Classe da Rede Pública Municipal;



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

III – O segmento de representantes institucionais, governo, prestadores de serviços públicos e privados e instituições de ensino da área da saúde terá direito a 04(quatro) titulares e 04(quatro) suplentes, sendo que estas vagas compreenderão a seguinte disposição:

- a) 02(duas) vagas para a Secretaria da Saúde;
- b) 01(uma) vaga para prestadores de serviços públicos e privados;
- c) 01(uma) vaga para instituições de ensino da área de saúde.

Artigo 6º - O Conselho Municipal de Saúde terá uma mesa diretora com órgão operacional de execução e implementação de suas decisão sobre o Sistema Único de Saúde do Município de Leme, eleita diretamente pela Plenária do Conselho e será composta:

- I- Pelo Presidente;
- II- Pelo Vice-Presidente;
- III- Pelo Secretário;
- IV- Pelo Vice- Presidente.

Artigo 7º - O Conselho Municipal de Saúde do Município de Leme será regido pelas disposições a seguir, com referência a seus membros:

- I- Serão indicados pelos seus respectivos segmentos e serão substituídos pelos mesmos mediante solicitação ao Prefeito Municipal de Leme, através da mesa diretora do Conselho Municipal de Saúde de Leme;
- II- Terão seu mandato extinto, caso faltem, sem prévia justificção a 03(três) reuniões consecutivas ou 06(seis) intercaladas, num período de 12(doze) meses;
- III- Terão mandato de 02 (dois) anos, cabendo prorrogação ou permitida a recondução por igual período.

Parágrafo único: O exercício do mandato de membro do Conselho Municipal de Saúde de Leme não será remunerado e será considerado de alta relevância pública.

Artigo 8º - Para melhor desempenho de suas funções, o Conselho Municipal de Saúde de Leme poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

- I- Consideram-se colaboradores do Conselho Municipal de Saúde de Leme, as instituições formadoras de recursos humanos para a saúde e as entidades representativas de profissionais e usuários de saúde, independente de suas condições de membro;
- II- Poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização na área de saúde de Leme em assuntos específicos;



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

III- Poderão ser criadas comissões internas entre as instituições, entidades e membros do Conselho Municipal de Saúde de Leme para promover e emitir pareceres a respeito de temas específicos.

Do Funcionamento e Convocação

Artigo 9º - O Conselho Municipal de Saúde de Leme funcionará segundo o que disciplina o regimento interno e terá as seguintes normas gerais:

I – O órgão de deliberação máxima será a plenária do Conselho Municipal de Saúde de Leme;

II – A plenária do Conselho Municipal de Saúde de Leme reunir-se-á ordinariamente, uma vez por mês e extraordinariamente, quando convocada pelo presidente ou pela maioria simples de seus membros;

III – O Conselho Municipal de Saúde de Leme reunir-se-á extraordinariamente para tratar de matérias especiais ou urgentes quando houver

- a) Convocação formal da mesa diretora;
- b) Convocação formal de metade mais um de seus membros titulares;

IV – Cada membro do Conselho terá direito a um único voto na plenária do Conselho Municipal de Saúde de Leme;

V – As plenárias do Conselho Municipal de Saúde de Leme serão instaladas com a presença da maioria simples dos membros que deliberarão pela maioria dos votos presentes;

VI – As decisões do Conselho Municipal de Saúde serão consubstanciadas em resolução, moção ou recomendação ;

VII – A mesa diretora do Conselho Municipal de Saúde de Leme poderá deliberar “ ad referendum” da plenária do Conselho Municipal de Saúde de Leme.

Artigo 10 – O Conselho Municipal de Saúde de Leme convocará a cada 02(dois) anos, uma Conferência Municipal de Saúde para avaliar a política municipal de saúde, propor diretrizes de ação para o Sistema único de Saúde.

Das Disposições Gerais e Transitórias

Artigo 11- O Conselho Municipal de Saúde de Leme observará no exercício de suas atribuições, as diretrizes básicas e prioritárias, estabelecidas nas Leis 8080/90 e 8142/90.



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo 12 – O Conselho Municipal de Saúde de Leme promoverá como órgão deliberativo e representativo, debates estimulando a participação comunitária, visando prioritariamente, a melhoria dos serviços de saúde no município de Leme.

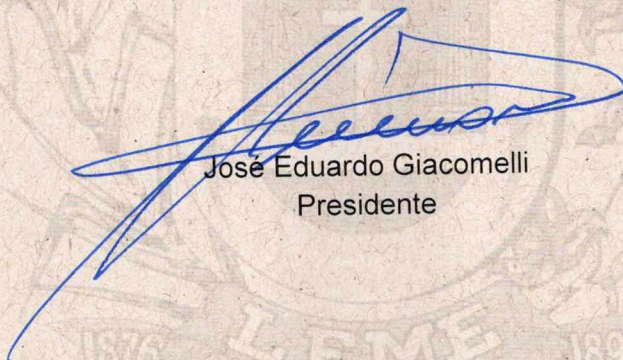
Artigo 13 – Ficam mantidos os mandatos dos membros do Conselho, nos termos da Lei 1989 de 04 de Setembro de 1991 e suas alterações até a formalização do Conselho nos termos dos artigos 4º e seguintes da presente Lei

Artigo 14 - O Chefe do Poder Executivo, se necessário, expedirá regulamento para fiel execução desta Lei.

Artigo 15 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 16 – Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Leis 2267 de 07 de maio de 1997 e Lei 2549 de 18 de junho de 2001.

Leme, 25 de junho de 2014.



José Eduardo Giacomelli
Presidente